

Empresas | Infraestrutura

Energia Companhia vai reformular programa de combate a perdas, ampliando ações para áreas nobres

Light tem três interessados na Renova

Rodrigo Polito
Do Rio

A Light está negociando com três interessados em assumir a fatia de 15,9% que a companhia possui na Renova Energia, geradora de energia renovável (eólica e solar). Segundo a presidente da elétrica, Ana Marta Veloso, já existem pré-acordos assinados com os três proponentes.

"O que tem na mesa hoje é a

nossa venda da Renova. A operação com a SunEdison não foi bem sucedida e a gente está com o ativo à venda", disse ontem a executiva, em sua primeira teleconferência de resultados com analistas e investidores, após assumir o cargo em dezembro. Ela, no entanto, não descartou a possibilidade de vir a negociar os demais ativos de geração da empresa, como a participação na hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Segundo Ana Marta, a empresa também está em negociações preliminares com bancos para estruturar nova operação financeira, ainda sem prazo definido.

Com relação à distribuição de energia, principal negócio da Light, a empresa está reestruturando o seu programa de combate a perdas de energia. O objetivo, segundo Ana Marta, é readequá-lo ao novo cenário do setor, caracterizado pelo aumento da inadim-

plência e queda da renda das famílias, à reboque da crise econômica.

Na nova versão do programa, a empresa vai ampliar ações de investigação e fiscalização de furto e fraude de energia, em detrimento à adoção de novas tecnologias. A expectativa é instalar apenas 70 mil medidores eletrônicos em 2016. A ideia também é estender as ações, antes concentradas em áreas de baixa renda, para a região central e a Zona Sul

da capital fluminense. Apesar de terem índice de perdas mais baixo, essas áreas têm maior potencial de recuperação de receitas e incorporação de receitas futuras.

Com relação ao pedido de revisão tarifária extraordinária feito à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a executiva disse que a empresa possui fortes argumentos para obter o aval da autarquia. Caso a agência aprove a medida, porém, Ana Marta expli-

cou que não será um processo rápido, pois terá que ser revisitada a base de ativos da empresa.

Questionada por analistas sobre a projeção do mercado da Light para este ano, a executiva afirmou que a companhia prevê uma queda da ordem de 3% da demanda no primeiro trimestre de 2016, ante igual período de 2015. Para todo o ano de 2016, a empresa estima um mercado um pouco abaixo que o observado no ano passado.

Eletrobras planeja retomar Angra 3 Aneel parcela dívidas das geradoras

Do Rio

A Eletrobras prevê retomar ainda no primeiro semestre as obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas desde setembro de 2015, por falta de pagamento aos fornecedores e envolvimento em investigações da operação "Lava-Jato", da Polícia Federal, que culminou com a prisão do então presidente da Eletronuclear, Othon Pinheiro. A estimativa, segundo o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, é que a termelétrica entre em operação em 2020, embora a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), já trabalhe com a previsão de janeiro de 2021.

"Estamos fazendo de tudo para, ainda neste primeiro semestre, retomar a obra de Angra 3", disse Carvalho Neto, em evento da Associação Brasileira de Con-

sultores de Engenharia (ABCE), no Rio. Segundo ele, possivelmente será preciso relícitar o contrato de montagem eletromecânica da usina nuclear. Responsável pelo serviço, o consórcio Angramon, formado por sete empreiteiras, algumas investigadas na Lava-Jato, já solicitou o rompimento amigável do contrato, por falta de pagamento.

Carvalho Neto disse ainda que possivelmente os consórcios responsáveis pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, dos quais a Eletrobras é acionista, por meio de subsidiárias, terão que fazer aportes de capital para pagar os débitos resultantes do déficit de geração das hidrelétricas (medido pelo GSF, na sigla em inglês), cujo modelo de pagamento foi aprovado ontem pela Aneel.

Sobre o leilão de privatização da distribuidora goiana Celg D,

em que a Eletrobras possui 50,9% de participação, o presidente da estatal prevê que o edital seja lançado em abril. A demora na publicação do documento, segundo ele, se deve a um pedido dos interessados por mais tempo para analisar dados da empresa.

Com relação à Abengoa, ele contou que a Eletrobras vai aguardar a definição que o Ministério de Minas e Energia dará para o tema, para em seguida analisar se há interesse, ou não, em adquirir ativos da transmissora espanhola, que está em recuperação judicial no Brasil.

Sem fornecer mais detalhes, Carvalho Neto contou que a estatal está negociando um segundo acordo com a Petrobras para o pagamento de dívidas relativas ao consumo de combustível (gás, óleo combustível e diesel) para geração térmica no Amazonas. (RP)

Rafael Bitencourt
De Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o parcelamento, em até seis vezes, das dívidas acumuladas pelas geradoras que registraram prejuízos em 2015 com uma produção de energia baixa do estipulado nos contratos. Esse pagamento será feito aos donos de térmicas que geraram energia no lugar das hidrelétricas que sofreram com a baixa no nível dos reservatórios.

A cobrança, feita via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estava suspensa desde a guerra de liminares na Justiça deflagrada no ano passado. O parcelamento atende ao interesse de donos de hidrelétricas que aceitaram o acordo de repactuação do risco hidrológico no fim de 2015. Em contrapartida,

estas empresas tiveram que desistir das ações na Justiça. A Petrobras responde por parte das térmicas com valores a receber.

O diretor da Aneel Tiago Correia afirmou que o pagamento da dívida pode ser realizado em um número menor de parcelas, inferior a seis vezes. Ele ressaltou que o primeiro pagamento deve ser feito em valor correspondente a, pelo menos, um sexto do montante total do passivo.

A Aneel indicou que a atualização do saldo devedor, até o pagamento integral do débito, será com taxa de juros de 1% ao mês (pro rata-die), além de correção pelo IGP-M. Correia considera que boa parte das empresas devedoras devem optar pelo pagamento com o menor número de parcelas possível. Ele ressaltou que o custo do parcelamento é muito alto para as companhias.

A possibilidade de parcelamento da dívida — negociada entre a CCEE e a principal entidade do segmento de geração térmica, a Abraget — foi mencionada na semana passada pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Na ocasião, o ministro havia sido questionado sobre a carta enviada pela Petrobras ao governo, em que a estatal chegou a cogitar dar a ordem de desligamento de suas termelétricas se não recebesse o crédito R\$ 1,5 bilhão.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, afirmou, durante reunião da diretoria, que a agência não poderia flexibilizar ainda mais o pagamento a usinas como Jirau e Santo Antônio, ambas em construção no rio Madeira (RO). Segundo ele, a alegação de dificuldade de obter crédito para realizar o pagamento é um risco que deve ser assumido pelas duas empresas.

Empresas | Indústria

Commodities Apesar da alta de 27,5% no ano, previsão de preço é de US\$ 45

Minério precisa de sinais firmes da economia chinesa

Renato Rostás
De São Paulo

Não há indicador que mostre uma melhora consistente da dinâmica de oferta e demanda do minério de ferro e justifique os preços atuais por muito tempo. A avaliação é feita por analistas que acompanham a commodity e que preveem, no geral, nível mais próximo de US\$ 45 por tonelada até o fim deste ano.

A cotação do produto com teor de 62% de ferro terminou ontem em US\$ 54,70, uma alta acumulada de 27,5% em 2016, nas negociações no porto chinês de Tianjin, segundo levantamento da "The Steel Index". Mas o patamar já demonstra enfraquecimento na comparação com o começo de março, quando atingiu a máxima do ano de US\$ 63,30.

Historicamente, a procura pelo minério se intensifica nos dois primeiros trimestres. A China compra mais para recompor seus estoques, reduzidos pela utilização das siderúrgicas antes do período sazonalmente mais agitado da construção. Além disso, a

oferta costuma ter interrupções, principalmente meteorológicas, no Brasil e na Austrália, principais fornecedores do produto.

Para especialistas, a confiança era tão pequena em termos de maior equilíbrio de oferta e demanda que esse movimento foi mais agudo em 2016. Ajudo, principalmente, o anúncio do governo chinês de que vai tomar medidas para garantir o crescimento econômico.

Melinda Moore, analista da área de commodities do Standard Bank em Londres, afirma em entrevista ao Valor que há um pouco de "irracionalidade" na expectativa de estímulos da China. "O banco central não pode ser tão expansivo assim. Além disso, não há grandes chances de que isso vá se traduzir em atividade industrial, que deve ficar perto da estabilidade no ano", observa.

As projeções vão de queda em 3% a 5% na produção siderúrgica chinesa durante este ano. Segundo a Worldsteel Association, no primeiro bimestre já houve redução de 5,7% no volume fabricado, em relação ao mesmo período do

ano passado, para 121,1 milhões de toneladas. A baixa é mais intensa do que no resto do mundo — a produção global caiu 5,2%.

"Talvez este ano a alta sazonal tenha sido maior porque a base era muito fraca", comenta Thiago Ojea, analista do Citi. "Alguns preços de imóveis melhoraram, elevaram a confiança, mas ainda existem estoques de imóveis muito altos, não se vê novas construções", acrescenta. O setor é um dos maiores demandadores de aço do gigante asiático.

O banco americano calcula em 150 milhões a 200 milhões de toneladas o excesso de oferta hoje do mercado transoceânico. A demanda por minério de ferro no mundo deve chegar a aproximadamente 970 milhões de toneladas, preveem especialistas.

Já o outro anúncio da China, de que haverá cortes de capacidade siderúrgica nos próximos cinco anos, não parece fazer diferença para as estimativas. Melinda, do Standard Bank, acredita ser neutro o efeito. Ojea, do Citi, lembra que já há sobre capacidade superior a 400 milhões de toneladas

no mercado chinês — ou seja, 150 milhões de toneladas retiradas não seriam significativas.

Mas o sinal de pretender reduzir o aço fabricado no país é, antes de tudo, um sinal negativo para a demanda por minério, pondera Caroline Bain, analista da consultoria Capital Economics. "O que acontece é que todos são céticos em relação a essas declarações, dado que no passado não houve progresso algum nesse sentido", opina.

Mas um ponto a se observar, acrescentam os especialistas, é a curva de custos das produtoras. Desde que a commodity engatou forte desvalorização, as empresas correram para arrumar a casa e reduzir drasticamente seus gastos — o que foi auxiliado pela alta do dólar ante a moeda dos países que fornecem a matéria-prima internacionalmente.

"A magnitude das economias de custo dos últimos anos foi imensável, ninguém tinha em seus cálculos isso", afirma Ojea. "Não me surpreenderia se eles caíssem ainda mais no curto prazo, há possibilidade de cortes em mão



Melinda Moore, do Standard: cortes na siderurgia da China terão efeito neutro

de obra, outras áreas ainda inchadas. Tem espaço para cair."

Melinda prefere atentar para o outro lado: a possibilidade de os custos subirem e sustentarem os preços. Ela lembra que a expectativa é de valorização do petróleo até o fim do ano. O preço do barril é base para as tarifas de frete nos navios que levam o minério até a China. Em seus cálculos, a cada US\$ 3 de avanço para o petróleo, o minério pode ganhar

US\$ 1. "Mas a chance é muito maior de baixa", completa.

A analista do Standard Bank comenta ainda que a saída da Samarco do mercado pode aliviar o excesso de oferta. Ojea discorda. "Os projetos estão indo para frente, na Austrália, no Brasil. O lado da oferta já está muito certo", opina o analista do Citi.

Esta é a última de uma série de três reportagens sobre commodities industriais

Peugeot Citroën lucra na América Latina, mas perde no Brasil

Veículos

Eduardo Laguna
De São Paulo

Embora tenha alcançado, dois anos antes da meta, a rentabilidade na América Latina, a PSA Peugeot Citroën informou ontem que ainda perde dinheiro no Brasil, onde suas duas marcas detêm menos de 3% do mercado.

Apesar disso, o presidente da multinacional francesa na região, Carlos Gomes, frisou que o balanço da filial brasileira referente ao exercício de 2015, a ser divulgado

provavelmente em maio, vai apresentar perdas inferiores aos resultados dos três anos anteriores, quando o prejuízo no Brasil somou, respectivamente, R\$ 381,7 milhões, R\$ 2,64 bilhões — este decorrente de uma baixa contábil bilionária — e R\$ 698,7 milhões.

O executivo não adiantou, porém, qual foi o tamanho da perda apurada pela montadora — junto com a Renault, uma das poucas do setor a publicar demonstrações financeiras dos negócios no Brasil.

Quando incluí os resultados de todas as operações na América Latina, a PSA, também sem

abrir números, diz ter obtido no ano passado o primeiro lucro desde que começou a consolidar os resultados na região.

O desempenho antecipa uma meta que tinha sido estabelecida para 2017, na esteira de uma estratégia de enxugamento de custos e aposentadoria de modelos não rentáveis, como o Peugeot 207, que disputava as camadas mais populares do mercado.

O resultado foi puxado por países vizinhos, sobretudo a Argentina, que se tornou nos últimos dois anos o maior mercado da montadora na região. "Priorizamos mar-

gens [de rentabilidade], que cresceram em quase todos os mercados. Tivemos excelente resultado na Argentina", disse Gomes.

No Brasil, sucessivos prejuízos — que forçaram a matriz a fazer, em 2014, injeção de capital de R\$ 2,58 bilhões — ainda obrigam a montadora a manter uma política conservadora de gestão dos recursos, embora venha de um já longo programa de reestruturação.

A despeito do euro caro para importações, a companhia preferiu trazer da França, e não investir na produção local, o motor de três cilindros — mais um da onda de

compactação dos propulsores — que vai equipar, primeiro, o hatch 208, da Peugeot, e, posteriormente, outros modelos, ainda não divulgados, do portfólio do grupo.

"Com a localização, você tem o ganho logístico e a facilidade de o motor estar na mão. Mas você tem também que assumir um custo de investimento", justificou Gomes em entrevista a jornalistas na sede do centro de design da montadora na capital paulista.

No total, entre investimentos no desenvolvimento do novo motor, incluindo sua adaptação à tecnologia bicombustível con-

sumida no Brasil, e na renovação do Peugeot 208, que chega às concessionárias no começo de maio, a PSA desembolsou R\$ 200 milhões. O aporte faz parte do programa de R\$ 3,7 bilhões em execução no país desde 2010.

Alinhada à cobrança de melhora da eficiência energética dos veículos — feita pelo governo em contrapartida aos benefícios do regime automotivo, conhecido como Inovar-Auto —, a Peugeot apresentou o novo propulsor como o mais econômico do país, capaz de fazer o carro rodar na estrada por quase 17 quilômetros com um litro de gasolina.